PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 140
Mov. 51

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 059/ 2024 – SESP / DEPPEN

Termo de Cooperação que entre si celebram o **ESTADO DO PARANÁ,** representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP,** pelo **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN**, pelo **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN,** e pelo **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA – ES / DEPPEN**, e, de outro lado, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHÃO**, visando à reinserção social das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), através de atividades laborativas.

O **ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público**,** neste ato representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP** situada na Rua Cel. Dulcídio**,** 800 Batel, Curitiba – PR, CEP 80.420-170, neste ato representada por seu Secretário, Senhor **CEL. PM RR HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA**, portador do RG n.º 5.546.799-4/PR**,** pelo **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL - DEPPEN,** situado na Rua Maria Petroski, 3312 Bacacheri, Curitiba – PR, CEP 82.590-100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, **ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS**, portadora do RG n.º 5.296.898-4/PR, pelo **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN.** situado na Rua Maria Petroski, 3312 Bacacheri, Curitiba – PR, CEP 82.590-100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.648.040/0001-17, neste ato representado por sua Presidente**, ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS**, portadora do RG n.º 5.296.898-4 e pelo **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA – ES / DEPPEN,** representado por sua Coordenadora, Senhora **ANDRÉA CRISTIANE GOMES DA SILVA**, e, de outro lado, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHÃO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.178.011/0001-28, com sede na Avenida Trifon Hanysz, 220, Centro – CEP 85170-000 – Pinhão - Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor **VALDECIR BIASEBETTI,** ora denominada **COOPERADA** com fulcro no artigo 184 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e no artigo 661 do Decreto n.º 10.086/2022, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições a seguir**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa as pessoas privadas de liberdade (PPL's) do Sistema Penal do Estado do Paraná, que estejam **cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado monitorado**, como forma de readaptação ao meio social e em conformidade com o disposto no artigo 28 e seguintes da Lei de Execução Penal, Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 141
Mov. 51

1.1. O labor executado pelas pessoas privativas de liberdade deverá ocorrer nas dependências da **COOPERADA**, em locais previamente informados à Direção da Unidade Penal.

1.2 Poderão ser executados pelas pessoas privativas de liberdade os seguintes serviços:

a) limpeza geral dos prédios públicos e ruas;

b) ajudante de construção;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2. Integram este Termo de Cooperação, independente de transcrição, o plano de trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolado nº **22.491.871-2**.

2.1 O plano de trabalho aprovado poderá ser alterado pelos partícipes, mediante termo aditivo, desde que não implique alteração do objeto do Termo de Cooperação;

2.2 Qualquer alteração do plano de trabalho deverá ser precedida de manifestação técnica elaborada por servidor ou órgão que possua habilitação para se manifestar sobre a questão e submetida à aprovação da autoridade competente, nos termos do § 2º do art. 706 do Decreto n.º 10.086/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

3.1. São obrigações aos partícipes deste Termo de Cooperação:

3.1.1. Elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Termo de Cooperação;

3.1.2. Executar as ações objeto deste Termo de Cooperação, assim como monitorar os resultados considerando as metas definidas no Plano de Trabalho;

3.1.3. Designar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Termo de Cooperação, aos quais caberá estabelecer as prioridades, orientar os trabalhos, acompanhar e avaliar a implantação das atividades estipuladas no Plano de Trabalho**.**

3.1.4. Assegurar que todas as pessoas designadas para trabalhar nos projetos e nas atividades previstas neste Termo de Cooperação conheçam e explicitamente aceitem todas as condições aqui estabelecidas e nos respectivos aditamentos;

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 142
Mov. 51

3.1.5. Cada partícipe designará representantes para atuarem nas ações implementadas a partir da celebração do presente Termo de Cooperação, sem prejuízo das relações funcionais e hierárquicas com os órgãos de origem.

3.1.5.1 As designações não implicarão quaisquer adicionais remuneratórios aos servidores ou representantes;

3.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Termo de Cooperação;

3.1.7. Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao alcance do resultado almejado neste Termo de Cooperação e no respectivo Plano de Trabalho;

3.1.8. Cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;

3.1.9. Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações que lhes são afetas;

3.1.10. Permitir o livre acesso a agentes da Administração Pública (controle interno e externo) a todos os documentos relacionados ao Termo de Cooperação, assim como aos elementos de sua execução;

3.1.11. Fornecer as informações necessárias para o cumprimento das obrigações acordadas;

3.1.12. Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação), obtidas em razão da execução do Termo de Cooperação, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;

3.1.13. Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

3.2. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são de responsabilidade da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP**:

3.2.1. Informar e especificar ao **DEPPEN**, a necessidade de alteração nos procedimentos por ele executados com a **COOPERADA**;

3.2.2. Autorizar o prosseguimento do presente instrumento, se estiver de acordo com as normas exigidas, para que seja efetivada a ocupação laborativa dos apenados;

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 143
Mov. 51

3.2.3. Publicar no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, o presente Termo de Cooperação, uma vez assinado, respeitado o prazo constante no art. 686 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3.3. São de responsabilidade do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN**:

3.3.1. Colocar à disposição da **COOPERADA,** por intermédio do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA– ES / DEPPEN,** entre **01** (**um**) e até **50** (**cinquenta**) PPL's, para desenvolver as atividades estipuladas no objeto do Termo de Cooperação;

1.3.2. Comunicar, através do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA– ES / DEPPEN**, a alocação dos presos no canteiro de trabalho externo e o local de prestação de serviços ao Juízo da Execução, com a respectiva juntada dessa informação nos autos da execução da pena, bem como a inclusão de tal informação no relatório SPR;

3.3.3. Informar ao Juízo da Execução da Pena, através do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA– ES / DEPPEN**, eventual alteração de canteiro de trabalho ou o desligamento da PPL do programa de readaptação ao meio social pelo trabalho;

3.3.4. Avaliar por meio de relatório de frequência ou controle de comparecimento, que será encaminhado pela **COOPERADA** para a Divisão de Ocupação e Qualificação – **DIOQ** – do Estabelecimento Penal, o cumprimento do objeto;

3.3.5. Tratando-se de preso monitorado, a Central de Monitoração Eletrônica deverá ser diretamente informada pelo **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA– ES / DEPPEN** acerca do trajeto realizado pelo monitorado, bem como a área de inclusão em que prestará serviços à **COOPERADA**;

3.3.6. Emitir, por meio do **DEPPEN**, boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **COOPERADA** até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao trabalho realizado;

3.3.7. Determinar, a qualquer tempo, por intermédio da Direção do Departamento Penitenciário – **DEPPEN**, a suspensão das atividades no canteiro de trabalho, com a consequente retirada das PPL's, caso a **COOPERADA** não efetue os pagamentos devidos ao **DEPPEN**, nos prazos estabelecidos neste Termo de Cooperação;

3.3.8. Designar gestor encarregado do acompanhamento da cooperação, o qual deverá gerar relatórios detalhados ao **DEPPEN**, sempre que necessário, informando acerca de ocorrências e demais fatos, visando implementar os ajustes necessários ao bom andamento dos objetivos deste instrumento;

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 144
Mov. 51

3.3.9. Designar servidor para o acompanhamento da execução e fiscalização dos serviços constantes do Plano de Trabalho e da fiel execução deste Termo de Cooperação.

3.4. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são de responsabilidade da **COOPERADA**:

3.4.1. Garantir a fiel execução do objeto deste Termo de Cooperação;

3.4.2. Utilizar efetivamente o quantitativo de mão de obra mencionado no item 3.3.1 da Cláusula Terceira, sob pena de, não o fazendo, operar-se a rescisão do presente instrumento;

3.4.3. Cumprir pontualmente com os pagamentos referentes à prestação do trabalho pelos presos, observado o disposto nos itens 3.3.6 e 3.4.15;

3.4.4. Garantir que os presos tenham condições dignas de trabalho, respeitando os limites mínimos de 06 (seis) e máximo de 08 (oito) horas de jornada, com descansos em domingos e feriados, observado, no que couber, dispõe o art. 33 da Lei n.º 7.210/84;

3.4.5. Adotar medidas que propicie a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, conforme estabelece o artigo 7º, inciso XXII, da CF/88;

3.4.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos que as PPL's venham a sofrer no exercício ou em razão das atividades realizadas em cumprimento a este Termo de Cooperação;

3.4.7. Prestar total e imediata assistência aos PPL´s, em caso de acidente do trabalho, comunicando imediatamente o evento à unidade penal;

3.4.7.1 Caso a PPL que venha a sofrer acidente de trabalho deverá ser encaminhada imediatamente para atendimento médico, onde será emitido laudo ou atestado médico indicando o CID e o período de afastamento das atividades laborais;

3.4.7.1.1 durante os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, a PPL permanecerá alocada no canteiro de trabalho onde ocorreu o acidente, para continuar recebendo remuneração, e, caso o afastamento seja superior a esse prazo, será transferida para canteiro específico onde terá apenas o benefício da remição de pena, retornando ao canteiro de origem após a recuperação das lesões;

3.4.8 Observar as Normas Gerais para Canteiros de Trabalho, Portaria nº 121 de 14/12/2023, disponível no endereço eletrônico

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 145
Mov. 51

https://www.deppen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-02/ilovepdf_merged.pdf , ou norma que vier substituí-la, naquilo que lhe for aplicável;

3.4.9. Fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual necessário à prestação laboral, nos termos definidos pelo órgão encarregado da supervisão e conforme disposto no art. 28, §1º da Lei Federal n.º 7.210/84;

3.4.10. Garantir ao preso intervalo de descanso e higiene mental durante a jornada de trabalho, sendo de 15 (quinze) minutos para jornadas de trabalho superiores a 4 (quatro) horas e inferiores a 6 (seis) horas, e de, no mínimo 1 (uma) hora, para jornadas de trabalho superiores a 8 (oito) horas;

3.4.11. Prestar as orientações técnicas necessárias à realização do objeto descrito na cláusula primeira do presente Termo, realizando o treinamento necessário à operacionalização das tarefas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e demais acessórios necessários à efetivação dos serviços, bem como programando e distribuindo os serviços a serem executados;

3.4.12. Supervisionar o trabalho no que tange à adequação técnica, qualidade e regularidade do serviço prestado;

3.4.13. Solicitar ao **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA– ES / DEPPEN** a substituição dos presos que não corresponderem com a produção desejada, tanto na quantidade como na qualidade previamente estabelecida, devendo fundamentar e justificar o seu pedido;

3.4.14. Designar servidor para o acompanhamento da execução e fiscalização dos serviços constantes do Plano de Trabalho, na proporção de 01 (um) para cada 25 (vinte e cinco) PPL's;

3.4.15. Pagar, nos termos da Deliberação 002/2023 –DEPPEN/PR, ou norma que vier substituí-la, ao **FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN**, **CNPJ/MF n.º 08.646.040/0001-17**, o equivalente a **115**% (**cento e quinze por cento**) do salário-mínimo nacional por PPL implantado, observado o disposto no item 3.4.3, distribuídos da seguinte forma:

3.4.15.1. 100% (**cem por cento**) do salário-mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, será destinado ao preso;

3.4.15.2. Os valores destinados ao preso, obedecerão ao disposto no § único do art. 29 da Lei de Execuções Penais.

3.4.15.2. 15% (**quinze por cento**) do salário-mínimo nacional será destinado ao **FUPEN**, que o reverterá para programas de trabalho dos presos;

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 146
Mov. 51

3.4.16. O pagamento de que trata o item 3.4.15 será efetuado por boleto de compensação bancária, emitido pelo **DEPPEN**, conforme disposto no item 3.3.6;

3.4.17. Fica autorizado à **COOPERADA** realizar, às suas expensas e dentro do horário de trabalho, palestras mensais, com duração de até 4 horas, que abordem assuntos relativos à profissionalização, educação formal e continuada, prevenção de doenças, prevenção de acidentes, além de outros de interesse dos presos, que tenham relação com o processo educativo e ressocializador da pena;

3.4.18. Indicar gestor próprio, o qual será encarregado de acompanhar a produção acerca do desenvolvimento dos trabalhos, das adequações e ajustes necessários ao regular desempenho das atividades, além de ser responsável pelo diálogo entre os partícipes;

3.4.19. Comunicar, de imediato e por escrito, à direção do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA– ES / DEPPEN**, quaisquer anormalidades no procedimento das PPL's, tais como, inadequação ao trabalho, ineficiência e solicitação de dispensa ou saída antecipada;

3.4.20. Fornecer vale-transporte para as PPL's que lhe prestam serviços em quantitativo suficiente para cobrir o trajeto residência/local de trabalho/residência;

3.4.20. Fornecer alimentação necessária para o cumprimento da jornada de trabalho às PPL's que lhe prestam serviço;

3.4.21. Zelar pela segurança e disciplina nos canteiros de trabalho durante o período da jornada diária;

3.4.22. Comunicar imediatamente à Direção do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA– ES / DEPPEN** eventual paralisação dos serviços;

3.4.23. Comunicar de imediato à Direção do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GUARAPUAVA– ES / DEPPEN** a (s) alteração (ões) no local e no horário de prestação de serviço.

3.5. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são de responsabilidade das **PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE,** as quais devem os partícipes, dentro de suas esferas de competência previstas neste Termo de Cooperação, zelar pelo cumprimento:

3.5.1. Cumprir jornada de trabalho estabelecida;

3.5.2. Ser assíduo e pontual;

3.5.3. Apresentar-se ao trabalho em condições adequadas no que se refere à higiene pessoal, à vestimenta e à sobriedade;

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 147
Mov. 51

3.5.4. Zelar pela economia e aproveitamento do material e dos equipamentos sob seus cuidados;

3.5.5. Tratar a todos com cordialidade e respeito;

3.5.6. Cumprir as orientações de segurança e medicina de trabalho, especialmente quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's).

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, PATRIMONIAIS E HUMANOS

4.1. Para a execução do objeto do presente Termo de Cooperação não haverá transferência de recursos entre os partícipes.

4.2. As despesas eventualmente necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

4.3. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Termo de Cooperação, não sofrerão alteração na sua vinculação empregatícia nem acarretarão quaisquer ônus aos partícipes

CLÁUSULA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O acompanhamento e fiscalização do termo consistirá na realização de relatórios, inspeções e visitas, a fim de emitir parecer técnico sobre a execução do termo, bem como parecer técnico conclusivo sobre a satisfatória realização do objeto do Termo de Cooperação;

5.2 Designa-se a servidora **ANDRÉA CRISTIANE GOMES DA SILVA**, ocupante do cargo de Coordenadora do **ESCRITÓRIO SOCIAL DE GURAPUAVA– ES / DEPPEN**, RG. nº 10.806.571-0**,** para desempenhar a função de gestora do Termo de Cooperação, e o servidor **MARLON RAFAEL PICIONI**, ocupante do cargo de Coordenador Regional de Guarapuava, RG. nº 6.806.372-8**,** para desempenhar a função de fiscal do Termo de Cooperação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

6. Na consecução do objeto do presente termo, é vedado ao **PARTÍCIPE**:

6.1. Desenvolver atividades contrárias ou divergentes àquelas reguladas no presente Termo de Cooperação;

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 148
Mov. 51

6.2. Utilizar os bens, serviços e/ou pessoal empregado na execução do presente Termo de Cooperação em atividades ou finalidades alheias àquelas previstas neste instrumento;

6.3. Transpassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do Termo de Cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES DO TERMO DE COOPERAÇÃO

7. O Termo de Cooperação poderá ser alterado mediante termo aditivo, cujo resumo do seu extrato deverá ser publicado pela **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.

7.1. A alteração do Termo de Cooperação dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, observada a compatibilidade com o objeto do ajuste, observadas as cláusulas 2.1 e 2.2.

CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO DE DADOS

8.1. Os partícipes se comprometem a manter sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento dos objetivos do Termo de Cooperação, não podendo, depois de recebidas, ser transferidas a terceiros, seja a que título for, ou, de qualquer forma, divulgadas, obedecidas as normas de sigilo previstas na legislação de regência, respeitando, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal n° 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto Estadual n° 6.474/2020.

8.2. Da proteção de dados pessoais: Lei 13709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

8.2.1. Os partícipes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, caso o objeto da parceria implique na manipulação ou acesso a esses dados;

8.2.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria execução da parceria, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação da entidade máxima do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

8.2.3. Eventuais dados tratados pela **COOPERADA,** somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste Termo de Cooperação, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**;

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 149
Mov. 51

8.2.4. Eventuais registros de tratamento de dados pessoais que A COOPERADA realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

8.2.5. A COOPERADA deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

8.2.6. A COOPERADA dará conhecimento formal aos seus servidores das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, se houver, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais;

8.2.7. O eventual acesso, por quaisquer dos PARTÍCIPES, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para eles e para seus agentes e prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente Termo de Cooperação e após o seu encerramento;

8.2.8. O gestor indicado da **COOPERADA** informará o Encarregado de Dados do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que esse último possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;

8.2.9. A critério do gestor da **COOPERADA** e do encarregado de Dados do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, a **COOPERADA** poderá ser provocada para preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste Termo de Cooperação, no tocante a dados pessoais;

8.2.10. A **COOPERADA** responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

8.2.11. Os representantes legais da **COOPERADA**, bem como os servidores que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar Termo de Compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula;

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 150
Mov. 51

8.2.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte da COOPERADA, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas observado o disposto na Lei Federal n.º 13.709/2018 e, naquilo que couber, o disposto § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020;

8.2.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste Termo de Cooperação serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474/2020;

8.2.14. O **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL** poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados à **COOPERADA**, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

8.2.15. Encerrada a vigência do Termo de Cooperação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **COOPERADA** providenciará o descarte ou devolução, para o **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança;

8.2.16. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL** à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada, na forma do Decreto Estadual n.º 6.474/2020.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9. A vigência do presente Termo de Cooperação, será de 60 (sessenta) meses, com eficácia a partir de sua publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE e no sítio eletrônico oficial do DEPPEN (www.deppen.pr.gov.br), conforme disciplinado no art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – REMUNERAÇÃO / FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ

10. Pelas atividades, as PPL's serão remuneradas, ao menos, no equivalente a ¾ do salário-mínimo, nos termos do art. 29, caput, da Lei n.º 7.210/84, desde que cumprida a carga horária integral prevista neste instrumento.

10.1. A **COOPERADA** pagará o equivalente a **115% (cento e quinze por cento)** do salário-mínimo nacional por PPL implantado, a ser pago por boleto bancário, que será composto da seguinte forma:

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 151
Mov. 51

10.1.1. 100% (cem por cento) do salário-mínimo nacional, conforme art. 29, caput, da Lei de Execuções Penais, destinados ao preso; e

10.1.2. 15% (cento e quinze por cento) do salário-mínimo nacional destinado ao **FUPEN**, revertida para programas de trabalho das PPL's.

10.2. Ocorrendo o inadimplemento de quaisquer das obrigações de que tratam os itens 10.1.1 e 10.1.2, a **COOPERADA** será imediatamente notificada pelo Gestor e/ou Fiscal deste instrumento para realização dos pagamentos devidos no prazo de 07 (sete) dias.

10.3. Transcorrido o prazo do parágrafo anterior sem o cumprimento da obrigação, serão liminarmente suspensos os serviços prestados pelos PPL's, bem como a execução do presente Termo de Cooperação.

10.4. Não regularizados os pagamentos em até **30** (**trinta**) dias da data da suspensão de que trata o item anterior, o presente Termo de Cooperação será rescindido de pleno direito, sem prejuízo da aplicação de penalidades decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas e não cumpridas.

10.5. O **DEPPEN** emitirá boleto bancário, de acordo com o valor da folha de pagamento respectiva, o qual deverá ser pago pela **COOPERADA** até o dia 20 do mês subsequente ao trabalho/produção realizado.

10.6. Pelo atraso no pagamento caberá multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, sobre a prestação não paga nos prazos preestabelecidos, sendo que o não pagamento do boleto bancário emitido pelo **FUPEN** em um prazo superior a 7 (sete) dias após o vencimento, implicará na suspensão das atividades no canteiro de trabalho, ficando o restabelecimento das condições rotineiras ao labor condicionada à plena e total quitação da dívida existente, observado o disposto no item 10.4.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

11.1. Este Termo de Cooperação poderá ser:

11.1. Denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito.

11.2. Rescindido nas hipóteses do art. 713 do Decreto n.º 10.086/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A **COOPERADA** responderá integralmente pelos encargos dos servidores que, se for o caso, forem designados para executar ações relacionadas ao cumprimento do objeto de que trata o presente Termo de Cooperação, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários,

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 152
Mov. 51

sociais e fiscais, não decorrendo, em nenhuma hipótese, qualquer ônus para o **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**;

12.1.1. O presente termo não gera obrigações ou vínculos trabalhistas, previdenciários ou fundiários entre o **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL** e os agentes designados pela **COOPERADA**.

12.2. A COOPERADA se responsabilizará pelos eventuais danos que os seus agentes venham a causar ao **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL** ou a terceiros, por falhas, ações ou omissões, culposas ou dolosas, no exercício das ações relacionadas ao presente Termo de Cooperação.

12.3. A **COOPERADA** é responsável por quaisquer danos que as PPL's causem a terceiros quando no exercício das atividades relacionadas ao presente Termo de Cooperação.

12.4. O destino dos bens empregados na execução do presente Termo de Cooperação será o previsto no Plano de Trabalho que integra o ajuste.

12.5. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes signatárias, em observância da legislação já mencionada e demais diplomas legais aplicados à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICIDADE

13.1. A eficácia deste Termo de Cooperação ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, a quem incumbe essa providência, na forma do art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

13.1.1. O **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL** e a **COOPERADA** deverão disponibilizar, por meio de seus sítios eletrônicos oficiais, link para consulta aos dados deste Termo de Cooperação, contendo, pelo menos, os nomes dos partícipes, o objeto, a finalidade;

13.1.2. Eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Cooperação ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 153
Mov. 51

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Naqueles casos em que as controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Cooperação não puderem ser solucionadas diretamente, por mútuo acordo entre os partícipes, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Cooperação o foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Curitiba – PR, _____ de _____ de _____.

CEL. PM RR HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS
Diretora-Geral de Polícia Penal

ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS
Presidente do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná

VALDECIR BIASEBETTI
Prefeito do Município de Pinhão

ANDRÉA CRISTIANE GOMES DA SILVA
Coordenadora do Escritório Social de Guarapuava

TESTEMUNHAS:

1. Nome: **Boanerges Silvestre Boeno Filho**
   CPF: 708.556.417-20

Nome: **Laercio Gaveliki**
CPF: 045.690.879-06

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41. Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21. Demais assinaturas na folha 153a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

ePROTOCOLO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 153a
Mov. 51

Documento: **TERMONOVOPINHAO.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Andrea Cristiane Gomes da Silva** em 09/10/2024 11:41, **Valdecir Biasebetti** em 09/10/2024 13:05, **Hudson Leoncio Teixeira** em 11/10/2024 14:48.

Assinatura Avançada realizada por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho (XXX.556.417-XX)** em 09/10/2024 09:22 Local: DEP/DPD, **Ananda Chalegre dos Santos (XXX.251.089-XX)** em 09/10/2024 10:40 Local: DEP/GAB.

Inserido ao protocolo **22.491.871-2** por: **Boanerges Silvestre Boeno Filho** em: 09/10/2024 09:21.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **87227736f9cab0075a179af0b3e9c3e**.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 419/2024 - SRP

PROTOCOLO Nº 21.647.237-3
OBJETO: BOTAS TÁTICAS
INTERESSADO: SESP
AUTORIZADO pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência em 06 de setembro de 2024.
MOTIVO: Alteração no Termo de Referência.
SESSÃO PÚBLICA - DISPUTA: 29 de outubro de 2024 às 10h.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp)
Informações Complementares: Compras Paraná (www.administracao.pr.gov.br/Compras) e Portal da Transparência do Estado do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br)

118505/2024

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS
1ª SEÇÃO DE BOMBEIROS DE TELÊMACO BORBA

Natureza: Termo de recebimento de valores em reparação a lesão ou a danos coletivos referente à ação civil pública n° 0000362-49.2023.5.09.0671
Partícipes: MPT 9ª Região X 1ª Seção de Bombeiros de Telêmaco Borba.
Objeto: Aquisição de bens descritos no ID - 5d2edc8, incorporados ao patrimônio do Corpo de Bombeiros - OBM Telêmaco Borba no valor de R$: 108.905,00 (cento e oito mil e novecentos e cinco reais), conforme abaixo especificado:

ID	ITEM	Quant.	VALOR UNIT.
7	Torre de iluminação portátil (MAKITA REFLETOR DE LED 18V S/ ACESS TIPO TORRE Ref.:DML814)	1	2.750,00
8	Kit de 4 baterias e carregador duplo (MAKITA - SOPRADOR A BAT. 18+18=36V 4 BAT 5AH + CARREG + MPAC Ref.:DUB362Z-KIT)	1	4.200,00
9	Esmerilhadeira a bateria (MAKITA ESMERILHAD.BAT. 8.500RPM - LXT+BL+XPT+AFT+ADT Ref.:DGA504)	1	1.250,00
13	Bota de Uso diário	26	450,00
17	Serra Sabre (MAKITA SERRA SABRE A BAT. 18V-LI LXT+BL+XPT - Ref.:DJR187)	1	2.240,00
18	Lâminas de Serra Sabre (AM-LÂMINA SERRA SABRE (UN) 228MM TC/HM P/METAIS C/ ALTA PERF. Ref.:B-55588-10)	8	115,0000
20	Motosserra a bateria para desgalhe (MAKITA MOTOSSERRA BAT. 36V-LI (18+18V) Ref.:DUC353Z)	1	3.520,00
21	Espora Para Escalada em árvore Couro (Marca: SICEP Confeccionado em aço Com 02 fivela metálica para ajuste e almofada COD. YF0485 IPI: 0% NCM: 73269090)	2	477,7300
22	Saco de Arremesso (Peso de arremesso para arboristas (throw bag))	2	70,3400
23	Rolo de Corda de Poliamida certificada pela NR 18 (Cordelete Paracord 550 4mmO Paracord 550)	200	2,6866
24	MOTOR MERCURY 25 MH SEA PRO 4T ANO 2024 Nr(s). Serie: 1R277289	1	22.210,00
25	MOTOR MERCURY 15 HP SUPER ANO 2024 Nr(s). Serie: 0N452165	1	9.990,00
27	Conjunto de Reguladores para mergulho com console duplo	2	2.940,00
28	Luva Mergulho Neoprene	6	180,00
29	Bota Mergulho Neoprene	6	376,00
30	Colete Equilibrador ASA30 KIT	2	3.780,00
32	Lanterna de Mergulho Recarregável	2	740,00
33	Anel de fita 200 cm CE 22KN	4	37,7100
34	Anel de fita 100 cm CE 22KN	4	26,5725
35	Anel de Fita 80 cm CE 22KN	4	23,1525
36	Anel de Fita 30 cm CE 22KN	5	13,5800
40	Sistema de Vantagem Mecânica (SISTEMA 4:1 LIFT 4 CE EN NBR 100M)	1	2.843,12
41	Tripé De Salvamento Desmontável - Sistema Wendix - Sistema 3 Em 1 (Tripe, Bife E Monope)	1	12.157,18
42	Mochila MONTANA Estanque 40L Cinza Mochila Wind 100% a prova dagua 40l, fabricada em PVC com tratamento U.V.	2	307,74
43	Mochilas Cargueiras para Montanha	2	622,00
44	PRANCHA DE POLIETILENO ADULTO CEST: 28.057.00	20	450,00
45	IMOBILIZADOR DE CABECA ADULTO - LOTE:MX2/37 -	20	102,00
46	OXIMETRO CREATIVE SP 20 CEST: 28.057.00	1	1.750,00
47	ALCOOL 1L 70% (LIQUIDO) CEST: 02.004.00	10	8,98
48	AGUA OXIGENADA 10VL - 1L CEST: 13.004.01	10	8,85
49	TORNIQUETE TATICO LARANJA	10	110,00

119400/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO

ESSENCIS TECHNOLOGIES COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO CIENTIFICA E ANALÍTICA LTDA.
Protocolo n.º 21.728.751-0.
Valor total: R$ 465.430,04 (quatrocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais e quatro centavos).
Vigência: 5 (cinco) anos, contados a partir de sua publicação.
O presente contrato tem por objeto, a aquisição de espectrômetro de fluorescência de RAIOS X (XRF) portátil S1TITAN, Para atender a demanda da Seção de Crimes Ambientais da Polícia Científica do Paraná, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 26511/2024.
Assinado em 11/10/2024.

IJS CORTINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Protocolo n.º 21.804.185-0.
Valor total: R$ 4.334,00 (quatro mil trezentos e trinta e quatro reais).
Vigência: 11/10/2024 até 10/10/2025.
O presente contrato tem por objeto, a aquisição de persianas e cortinas blackout, tipo rolo, para atender as necessidades do Centro de Atendimento de Programas Biopsicossociais, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, oriundo da dispensa de licitação nº 10171/2024.
Assinado em 11/10/2024.

MUNICÍPIO DE PINHÃO.
Protocolo n.º 22.491.871-2.
Vigência: 60 (sessenta) meses, com eficácia a partir de sua publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE.
O presente instrumento tem por objeto o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa as pessoas privadas de liberdade (PPL's) do Sistema Penal do Estado do Paraná, que estejam cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado monitorado, como forma de readaptação ao meio social.
Assinado em 11/10/2024.

119551/2024

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – SETI

1º TATC 263'23 – Eprotocolo – 22.859.584-5 - Partícipes: SETI-UEF/UEM - Objeto: Primeiro Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada nº 263'2023, que entre si estabelecem a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, na condição de Unidade Descentralizadora e a Universidade Estadual de Maringá – UEM, na condição de Unidade Descentralizada. **Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e de execução do projeto denominado **"APOIO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CULTIVO DE TILÁPIAS MELHORADAS GENETICAMENTE",** formalizado por meio do TED nº 263/2023, tendo em vista a justificativa apresentada pela UNIDADE DESCENTRALIZADA no protocolo em epígrafe e nos termos do Plano de Trabalho aprovado. **Vigência:** Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução do TED nº 263/2023. Este TED entra em vigor na data de publicação do extrato em Diário Oficial e terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, sendo o período de execução do projeto equivalente ao período de vigência. O Plano de Trabalho vinculado ao projeto inicial fica substituído pelo novo Plano de Trabalho elaborado em virtude deste Termo Aditivo e que passa a estar vinculado ao Termo de Execução Descentralizada firmado. **Assinatura:** Curitiba, datado e assinado digitalmente.

119198/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – SETI

2º TA TED 262'2023 - Eprotocolo: 22.845.991-7, **Partícipes:** SETI-UEF/UNICENTRO - 2º Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada n.º 262/2023 que entre si estabelecem a Secretaria de